

Ricardo Mariz de Oliveira

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP em 1963. Especialista em Direito Civil pela mesma faculdade. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT e membro de diversas entidades, como a ABDF, o IET e a FESDT. Professor em cursos de pós-graduação *lato sensu* do IBDT e do CEU-IICS, e professor convidado por várias faculdades e entidades no País. Palestrante em vários congressos sobre direito tributário. Autor de vários artigos e livros, inclusive do *Fundamentos do Imposto de Renda*.

FUNDAMENTOS DO IMPOSTO DE RENDA (2020)

VOLUME I



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

São Paulo – 2020

● Ricardo Mariz de Oliveira
Todos os direitos desta edição reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290 7º andar conjuntos 71 e 72
CEP 01318-902 – São Paulo – SP – Fone/Fax: (11) 3105-8206
e-mail: ibdt@ibdt.org.br site: www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira
Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri
Diretor Administrativo: João Francisco Bianco
Diretor Financeiro: Salvador Cândido Brandão
Diretores Executivos: Fernando Aurelio Zilveti,
Gerd Willi Rothmann (*in memoriam*) e Rodrigo Maito da Silveira

Conselho Deliberativo: Bruno Fajersztajn, Gilberto de Castro Moreira Junior, Humberto Bergmann Ávila, José Maria Arruda de Andrade, Luís Flávio Neto, Martha Toribio Leão, Paulo Victor Vieira da Rocha e Victor Borges Polizelli

Conselho Editorial Nacional: Fernando Aurelio Zilveti (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Humberto Ávila (Universidade de São Paulo/SP e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS), João Francisco Bianco (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Luís Eduardo Schoueri (Universidade de São Paulo/SP), Paulo Celso Bergstrom Bonilha (Universidade de São Paulo/SP), Ricardo Mariz de Oliveira (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Roberto Ferraz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PR), Roberto Quiroga Mosquera (Universidade de São Paulo/SP) e Walter Piva Rodrigues (Universidade de São Paulo/SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de
O51f Fundamentos do imposto de renda (2020) / Ricardo
Mariz de Oliveira – São Paulo, SP : IBDT, 2020 – v. 1.

736 p. : 16x23 cm.

ISBN 978-65-86252-09-5

1. Direito Tributário 2. Imposto de renda
3. Brasil
I. Ricardo Mariz de Oliveira II. IBDT III. Título.

DORIS 341.39621

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário : Brasil
2. Imposto de Renda : Brasil

Revisão: Sabrina Dupim Moriki / *Editoração:* Nelson Mitsuhashi
Impressão e acabamento: Edições Loyola

Sumário

VOLUME I

Abreviaturas.....	7
Prefácio da edição de 2008, do <i>Fundamentos do Imposto de Renda</i>	21
Prefácio	29
Fundamentos do Imposto de Renda (2020)	39
Introdução à edição de 2020	39

CAPÍTULO I

O PATRIMÔNIO

(núcleo da hipótese de incidência)

I.1 – A importância do conceito de patrimônio para o estudo do imposto de renda	45
I.2 – O patrimônio como “quase-princípio” informador das definições do fato gerador e da base de cálculo do imposto de renda.....	47
I.3 – O acréscimo patrimonial como fato gerador e base de cálculo do imposto de renda	49
I.4 – Onde procurar o conceito? O conceito popular e o contábil	54
I.5 – O conceito jurídico se impõe no direito tributário	60
I.5.1 – Patrimônio: ente do direito	60
I.5.2 – O patrimônio perante o imposto de renda e os demais tributos: os arts. 109 e 110 do CTN	63
I.6 – Noções elementares sobre os bens, inclusive sobre o patrimônio.....	68
I.7 – O conceito jurídico de patrimônio em toda a sua dimensão e em sua correlação com o fato gerador do imposto de renda.....	82
I.7.1 – Os bens do patrimônio e os bens em geral.....	82
I.7.2 – A pessoa e o patrimônio	84
I.7.3 – Identidade dos bens jurídicos	85
I.7.4 – Visão global do patrimônio.....	87
I.7.5 – Mudanças para mais ou para menos no patrimônio.....	88
I.7.6 – Uma casa para os direitos e obrigações do patrimônio.....	91
I.7.7 – Portas de entrada e de saída e fluxos de entrada: impossibilidade de um bem estar em dois lugares.....	93

CAPÍTULO II

RECEITAS E INGRESSOS OU ENTRADAS NO PATRIMÔNIO. RENDAS, PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA E RENDIMENTOS (núcleo da hipótese de incidência)

II.1 – Evolução do estudo.....	98
II.2 – Considerações introdutórias – “ <i>plus jurídicos</i> ”: receitas e transferências patrimoniais – mutações e permutações patrimoniais.....	99

II.2.1 – “ <i>Plus jurídicos</i> ”	100
II.2.2 – Permutações patrimoniais	100
II.2.3 – Mutações patrimoniais.....	105
II.2.4 – Receitas, transferências patrimoniais e outros ingressos ou entradas; primeira definição de receita	107
II.3 – Conceito contábil de receita, mas receita é um conceito jurídico, e não meramente econômico ou contábil.....	108
II.3.1 – Visão contábil	108
II.3.2 – Razões para o conceito ser jurídico	113
II.4 – Conceito jurídico de receita segundo a doutrina e a jurisprudência	121
II.4.1 – Receitas e outras espécies de ingressos ou entradas no patrimônio.....	121
II.4.2 – Acervo da doutrina jurídica, com jurisprudência concordante, sobre o conceito de receita e os seus componentes, inclusive o da permanência.....	122
II.5 – Pressupostos e elementos característicos e analíticos das receitas.....	131
II.5.1 – Exposição dos enunciados de pressupostos e dos enunciados de elementos específicos, afirmativos e negativos, e sua consistência com as anteriores definições de receita.....	131
II.5.2 – Testes de aplicação dos pressupostos e elementos.....	137
II.6 – Observações complementares ao conceito jurídico de receita – receita, lucro e ganho	141
II.6.1 – Noção de receita contraposta às de lucro e ganho, e detalhamento da receita perante vários movimentos do negócio de compra e venda.....	141
II.6.2 – Receita perante a dação em pagamento	149
II.6.3 – Receita face ao mútuo, ao comodato e ao depósito	153
II.6.4 – Receita e transferências patrimoniais.....	155
II.6.5 – Receita perante as reduções de passivos	156
II.7 – Definitividade e incondicionalidade da aquisição da receita, e não simples expectativa de direito – o mesmo quanto a custos e despesas	163
II.8 – Receitas, rendas e transferências patrimoniais.....	174
II.8.1 – Extensão das considerações sobre receitas às rendas, e distinção entre estas e receitas e as transferências patrimoniais, com a primeira noção de transferência patrimonial.....	174
II.8.2 – Continuação da distinção: o capital social como transferência patrimonial	177
II.8.3 – Ainda o capital social, mas também outras transferências patrimoniais: frutos colhidos e injeções de capital obtidas	181
II.8.4 – Ágios, doações, heranças, subvenções e outras transferências patrimoniais.....	185
II.8.5 – Receitas e custos ou despesas recuperados.....	198
II.8.6 – Definição final e conteúdo das transferências patrimoniais....	203
II.9 – Conceito constitucional de renda – rendas, proventos de qualquer natureza, receitas e rendimentos – ainda as transferências patrimoniais ..	203

II.9.1 – Postura constitucional ante os termos “renda” e “proventos de qualquer natureza”: seus limites semânticos e afastamento da teoria legalista.....	203
II.9.2 – Teorias doutrinárias sobre o conceito de renda	210
II.9.3 – Teorias da renda-produto e da renda-acrécimo na Constituição e no CTN, e a preponderância deste.....	219
II.9.4 – Alterações no CTN: receitas e rendimentos no contexto do seu art. 43.....	231
II.9.5 – Prêmios de loteria, jogos de azar, sorteios e ganhos de capital.	239
II.9.6 – Conclusões	241
II.10 – Indenizações	243
II.11 – Necessária consideração do art. 40 do CTN	259
II.12 – Receita bruta – receitas de atividades principais e acessórias.....	262
II.12.1 – Conceitos de atividade e objeto, de principal e acessório, e de receita operacional e não operacional.....	262
II.12.2 – Preceitos de hermenêutica: dado histórico e <i>occasio legis</i>	270
II.12.3 – Lei falha: preceitos do legislador racional e da carga construtiva da interpretação	274
II.12.4 – Interpretação conclusiva do inciso IV do art. 12 do Decreto-lei n. 1.598	278

CAPÍTULO III

GENERALIDADE, UNIVERSALIDADE E PROGRESSIVIDADE PERIODICIDADE

(núcleo e elementos quantitativo e temporal da hipótese de incidência)

III.1 – Evolução do estudo e os três princípios constitucionais relativos ao imposto de renda.....	284
III.2 – Princípios e normas ou regras do ordenamento jurídico – limitações ao poder de tributar	284
III.2.1 – Noções doutrinárias sobre princípios e normas ou regras	284
III.2.2 – Visão pragmática sobre os princípios e as normas ou regras, e os “critérios” do inciso I do § 2º do art. 153 da Constituição	301
III.2.3 – Princípios e limitações ao poder de tributar.....	309
III.2.4 – Graus de abstração e de concretude, subjetivismo e objetividade	315
III.3 – Generalidade, universalidade e progressividade – periodicidade consequente – correlação com a isonomia, a pessoalidade e a capacidade contributiva – feição constitucional do fato gerador do imposto de renda.	317
III.3.1 – Os “critérios” são mesmo princípios?	317
III.3.2 – Noção de generalidade e sua correlação com a isonomia	321
III.3.3 – Noção de universalidade e sua correlação com a isonomia, a pessoalidade e a capacidade contributiva.....	323
III.3.4 – Noção de progressividade, sua necessária conjugação com a universalidade, e sua correlação com a isonomia, a pessoalidade e a capacidade contributiva.....	329

III.3.5 – Interpenetração dos três princípios e sua confirmação como tal	330
III.3.6 – Regime constitucional atual e os anteriores.....	332
III.3.7 – Consequência da periodicidade, “na forma da lei” e caráter mandatário resultando em nova feição constitucional do imposto de renda.....	333
III.4 – Algumas consequências dos três princípios.....	340
III.4.1 – Os três princípios frente às normas sobre tributação de rendas isoladas	340
III.4.2 – Os três princípios frente às normas sobre tributação de rendas de não residentes.....	343
III.4.3 – Os três princípios frente à incidência periódica e suas consequências relacionadas à lei aplicável, à isonomia e a prejuízos fiscais..	344

CAPÍTULO IV

FATO GERADOR – O ART. 43 DO CTN
(núcleo da hipótese de incidência)

IV.1 – Evolução do estudo	350
IV.2 – A função da lei complementar da Constituição Federal na definição do fato gerador do imposto de renda – fenômeno da recepção, inclusive do CTN, no regime constitucional de 1988	352
IV.2.1 – Leis complementares e códigos.....	352
IV.2.2 – O CTN na Constituição de 1988.....	355
IV.3 – A decisiva importância do art. 43 na definição do regime de tributação da renda, quanto ao conteúdo do fato gerador e ao momento da definitiva ocorrência da aquisição da disponibilidade de renda ou provento de qualquer natureza – conceitos de renda e de proventos de qualquer natureza – delineamentos gerais do fato gerador	358
IV.4 – Os conceitos de aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza – o conceito de disponibilidade financeira e suas influências no fato gerador – os atos ilícitos – outras situações lícitas.....	363
IV.4.1 – Noção de disponibilidade e sua necessária existência.....	363
IV.4.2 – Noções doutrinárias sobre disponibilidade econômica e disponibilidade jurídica	368
IV.4.3 – Aprofundamento da distinção entre disponibilidade jurídica e disponibilidade econômica, e distinção entre esta e disponibilidade financeira.....	376
IV.4.4 – Os efeitos da posse, inclusive nos jogos de azar	389
IV.4.5 – Os efeitos da posse nos atos ilícitos.....	392
IV.4.6 – Outras situações, inclusive usucapião e tesouro.....	401
IV.4.7 – Operações com moedas virtuais.....	402
IV.4.8 – Constatações adicionais em torno dos conceitos de disponibilidade econômica, de disponibilidade jurídica e de disponibilidade financeira, e os regimes de competência e de caixa	413

IV.4.9 – A disponibilidade em situações de normalidade e de anormalidade	421
IV.5 – A recepção do art. 43 do CTN pela Constituição Federal de 1988 a compatibilização da definição do fato gerador segundo o art. 43 com os princípios constitucionais informadores do imposto de renda – a formação e a ocorrência do fato gerador	424
IV.6 O § 1º acrescentado ao art. 43 – características e natureza do fato gerador.....	431
IV.7 – O § 2º acrescentado ao art. 43 e sua subordinação ao <i>caput</i> – rendas do exterior – ficção de disponibilidade na lei ordinária.....	438
IV.7.1 – Possibilidade de tributação da renda mundial, e sua disponibilidade coerente com o <i>caput</i>	438
IV.7.2 – A inconstitucional ficção estabelecida pelo art. 74 da Medida Provisória n. 2158-35	444
IV.7.3 – Posição assumida pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao art. 74.....	469
IV.7.4 – A tributação dos lucros obtidos no exterior segundo a Lei n. 12.973.....	474
IV.8 – Tributação antes de haver qualquer disponibilidade, conforme o art. 10 do Decreto-lei n. 1.598	477

CAPÍTULO V

REALIZAÇÃO DA RENDA – SEPARAÇÃO DA RENDA (núcleo da hipótese de incidência)

V.1 – Evolução do estudo.....	481
V.2 Sentido terminológico de realização da renda.....	483
V.3 A essência do conceito de realização da renda.....	485
V.4 – Conceito de separação da renda.....	489
V.5 – Breve incursão na doutrina e na jurisprudência.....	490
V.6 A realização e a separação da renda não são novos e distintos elementos integrantes do fato gerador do imposto de renda – necessidade apenas da realização.....	502
V.7 O princípio da realização da renda está implícito em normas legais e é informador delas.....	504
V.8 – O princípio da realização da renda também tem origem e estatura constitucional – sua ligação com a capacidade contributiva e a necessidade de fluxo.....	507

CAPÍTULO VI

BASE DE CÁLCULO (elemento quantitativo da hipótese de incidência)

VI.1 – Evolução do estudo.....	517
VI.2 – Conceituação de base de cálculo em tese	522
VI.3 – A propósito da base de cálculo do imposto de renda.....	527
VI.3.1 – Limites para a lei.....	528
VI.3.2 – Espécies de base de cálculo e prevalência da renda real.....	529

VI.3.3 – Hipóteses possíveis de renda arbitrada	531
VI.3.4 – Liberdade de opção pelo lucro presumido.....	532
VI.4 – Considerações sobre o lucro real e o rendimento líquido	534
VI.4.1 – Sistemática das leis ordinárias	534
VI.4.2 – Restrições às deduções.....	534
VI.4.3 – Restrições teoricamente possíveis.....	540
VI.4.4 – O art. 13 da Lei n. 9.249 e seu exemplo de excesso	543
VI.4.5 – Observações conclusivas quanto às pessoas físicas e às jurídicas	550
VI.5 – O lucro arbitrado como consequência, e não como opção.....	553
VI.6 – O problema da renda líquida e da renda bruta, e a impossibilidade de tributação da renda bruta.....	560
VI.7 – A base de cálculo como elemento de medição da capacidade contributiva.....	564

CAPÍTULO VII

ALÍQUOTA**(elemento quantitativo da hipótese de incidência)**

VII.1 – Evolução do estudo	569
VII.2 – “Progressividade perfeita” e “progressividade imperfeita”.....	569
VII.3 – Reduzida progressividade – manutenção da tabela progressiva sem correções.....	573

CAPÍTULO VIII

**SUJEIÇÃO PASSIVA DO IMPOSTO DE RENDA –
CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS****(elemento pessoal da hipótese de incidência)**

VIII.1 – Evolução do estudo.....	577
VIII.2 – Sujeito passivo em geral: contribuinte ou responsável – solidariedade.....	578
VIII.3 – Sujeito passivo especificamente da relação jurídica tributária cuja obrigação tenha por objeto o imposto de renda – a sujeição do titular do patrimônio ou do possuidor de bens e a responsabilidade da fonte pagadora.....	593
VIII.3.1 – Noções gerais e situação do possuidor.....	593
VIII.3.2 – Sujeição passiva da fonte: exclusiva, suas características e seus limites e direitos.....	595
VIII.4 – Consequências relevantes da sujeição passiva da fonte pagadora .	599
VIII.4.1 – Diversas consequências.....	599
VIII.4.2 – Reajuste do rendimento bruto por não retenção.....	601
VIII.4.3 – Dever de recolher e direito de descontar.....	602
VIII.4.4 – Obrigações de informar a retenção e consequências do seu descumprimento.....	605
VIII.4.5 – Situações de desobrigação da fonte	607
VIII.4.6 – Desobrigação da fonte por ter sido impedida de reter.....	610

VIII.5 – Responsabilidade tributária relativa ao imposto de renda sobre ganhos de capital de não residentes ou não domiciliados no Brasil – sujeição passiva genérica dos procuradores de não residentes.....	621
VIII.6 – Pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas – empresários – sociedades não personificadas.....	624
VIII.6.1 – Hipóteses legais de equiparação e ficções jurídicas válidas .	624
VIII.6.2 – A hipótese dos serviços intelectuais prevista no art. 129 da Lei n. 11.196.....	627
VIII.7 – Contribuintes residentes no Brasil e contribuintes não residentes no Brasil, e sua caracterização – regras sobre domicílio e residência.....	628

CAPÍTULO IX

O IMPOSTO DE RENDA NO TEMPO

(elemento temporal da hipótese de incidência)

IX.1 – Evolução do estudo.....	637
IX.2 – Noções genéricas relativas ao elemento temporal e ao imposto de renda em geral.....	638
IX.3 – Tratamento específico para o imposto de renda das pessoas jurídicas e o das pessoas físicas.....	640
IX.4 – Tratamento específico para o imposto de renda devido na fonte....	645
IX.4.1 – Aspectos gerais dos eventos que fazem nascer a obrigação tributária.....	645
IX.4.2 – Pagamento como evento que faz nascer a obrigação tributária	646
IX.4.3 – Pagamento e demais eventos que fazem nascer a obrigação tributária.....	652
IX.4.4 – Crédito como evento que faz nascer a obrigação tributária....	657
IX.4.5 – Remessa, entrega e emprego: eventos que fazem nascer a obrigação tributária.....	660
IX.4.6 – Ainda os adiantamentos	661
IX.5 – Vigência temporal da legislação relativa ao imposto de renda.....	662
IX.5.1 – Início da vigência: irretroatividade e anterioridade	662
IX.5.2 – Vigência e eficácia da lei.....	673
IX.5.3 – Objetivos da irretroatividade e da anterioridade, e sua aplicação ao imposto de renda	681
IX.5.4 – Condição de eficácia das medidas provisórias.....	682
IX.5.5 – Lei de Introdução, Lei Complementar n. 95 e outras normas legais aplicadas ao imposto de renda.....	682
IX.5.6 – Visão histórica da anterioridade e da irretroatividade na jurisprudência.....	685
IX.5.7 – Efeitos da Lei Complementar n. 95 sobre a irretroatividade, a anterioridade e à Lei de Introdução.....	691
IX.5.8 – Retroatividade benigna	710
IX.5.9 – Tratados e convenções internacionais	718
IX.5.10 – Lei aplicável ao lançamento.....	721
IX.5.11 – Lei dependente de regulamento.....	722

Ricardo Mariz de Oliveira

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP em 1963. Especialista em Direito Civil pela mesma faculdade. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT e membro de diversas entidades, como a ABDF, o IET e a FESDT. Professor em cursos de pós-graduação *lato sensu* do IBDT e do CEU-IICS, e professor convidado por várias faculdades e entidades no País. Palestrante em vários congressos sobre direito tributário. Autor de vários artigos e livros, inclusive do *Fundamentos do Imposto de Renda*.

FUNDAMENTOS DO IMPOSTO DE RENDA (2020)

VOLUME II



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

São Paulo – 2020

- Ricardo Mariz de Oliveira
Todos os direitos desta edição reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290 – 7º andar – conjuntos 71 e 72
CEP 01318-902 – São Paulo – SP – Fone/Fax: (11) 3105-8206
e-mail: ibdt@ibdt.org.br site: www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira
Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri
Diretor Administrativo: João Francisco Bianco
Diretor Financeiro: Salvador Cândido Brandão
Diretores Executivos: Fernando Aurelio Zilveti,
Gerd Willi Rothmann (*in memoriam*) e Rodrigo Maito da Silveira

Conselho Deliberativo: Bruno Fajersztajn, Gilberto de Castro Moreira Junior, Humberto Bergmann Ávila, José Maria Arruda de Andrade, Luís Flávio Neto, Martha Toribio Leão, Paulo Victor Vieira da Rocha e Victor Borges Polizelli

Conselho Editorial Nacional: Fernando Aurelio Zilveti (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Humberto Ávila (Universidade de São Paulo/SP e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS), João Francisco Bianco (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Luís Eduardo Schoueri (Universidade de São Paulo/SP), Paulo Celso Bergstrom Bonilha (Universidade de São Paulo/SP), Ricardo Mariz de Oliveira (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Roberto Ferraz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PR), Roberto Quiroga Mosquera (Universidade de São Paulo/SP) e Walter Piva Rodrigues (Universidade de São Paulo/SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de
O51f Fundamentos do imposto de renda (2020) / Ricardo
Mariz de Oliveira – São Paulo, SP : IBDT, 2020 – v. 2.

736 p.; 16x23 cm.

ISBN 978-65-86252-03-3

1. Direito Tributário 2. Imposto de renda
3. Brasil
I. Ricardo Mariz de Oliveira II. IBDT III. Título.

DORIS 341.39621

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário : Brasil
2. Imposto de Renda : Brasil

Revisão: Sabrina Dupim Moriki / *Editoração:* Nelson Mitsuhashi
Impressão e acabamento: Edições Loyola

IX.5.12 – Término da vigência segundo a Lei de Introdução e a Lei Complementar n. 95, e consolidação	723
IX.5.13 – Vigência dos atos administrativos de legislação complementar	735

VOLUME II

CAPÍTULO X

O IMPOSTO DE RENDA NO ESPAÇO (elemento espacial da hipótese de incidência)

X.1 – Evolução do estudo – a possibilidade de tributação em bases mundiais e elementos de conexão.....	741
X.2 – A integração, de rendas e proventos obtidos no exterior, na base de cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil.....	745
X.2.1 – Considerações introdutórias	745
X.2.2 – Tratamento para as pessoas físicas	746
X.2.3 – Tratamento para as pessoas jurídicas: aspectos gerais das formas de disponibilização, e hipóteses de exigência de pagamento ou crédito (conceito de remessa).....	747
X.2.4 – Conceitos legais de entrega e emprego.....	763
X.2.5 – Resumo e recapitulação	767
X.2.6 – Situações especiais: alienação de investimento e redução de capital da investidora.....	772
X.2.7 – Situação especial de incorporação, fusão ou cisão: sucessão universal e não alienação.....	780
X.2.8 – Resumo conclusivo	789
X.3 – A tributação, no Brasil, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior	794
X.4 – A dupla tributação internacional	798
X.5 – A situação peculiar de filiais e sucursais no exterior, de pessoas jurídicas estabelecidas no Brasil	801

CAPÍTULO XI

VISÃO GLOBAL DO LUCRO TRIBUTÁVEL

XI.1 – Evolução do estudo.....	809
XI.2 – O “lucro tributável” das pessoas físicas	809
XI.3 – O lucro tributável das pessoas jurídicas	810
XI.4 – Lucro operacional, lucro não operacional, lucro da exploração	815
XI.5 – Lucro bruto – receita bruta e receita líquida.....	823

CAPÍTULO XII

CUSTOS E DESPESAS

XII.1 – Evolução do estudo	827
XII.2 – Diferença entre custos e despesas – diferença entre custos de ativo e custos operacionais, e os vários tipos de ativos – destinação dos bens.....	828
XII.3 – Composição dos custos de ativo – custos diretos e indiretos – despesas financeiras.....	835

XII.3.1 – Regras gerais	835
XII.3.2 – Custos do ativo não circulante	835
XII.3.3 – Custos dos estoques e dos demais ativos circulantes	840
XII.4 – Requisitos para a dedutibilidade dos custos operacionais	845
XII.5 – Quatro regras gerais básicas para a dedutibilidade das despesas operacionais e não operacionais.....	847
XII.5.1 – Primeira regra: não serem custos.....	847
XII.5.2 – Segunda regra: serem despesas necessárias – noções gerais e despesas sujeitas a normas específicas.....	848
XII.5.3 – Segunda regra: serem despesas necessárias – conceito de necessidade	852
XII.5.4 – Segunda regra: serem despesas necessárias – noções de usualidade e normalidade	870
XII.5.5 – Segunda regra: serem despesas necessárias – atos de liberalidade e papel social da empresa.....	873
XII.5.6 – Segunda regra: serem despesas necessárias – espontaneidade, atos ilícitos e injuridicidade em geral.....	879
XII.5.7 – Segunda regra: serem despesas necessárias – valor	889
XII.5.8 – Observações conclusivas sobre a regra da necessidade das despesas	890
XII.5.9 – Terceira regra: serem comprovadas e escrituradas	892
XII.5.10 – Quarta regra: serem deduzidas no período-base competente	896
XII.6 – Despesas intrinsecamente relacionadas com a produção ou a comercialização	904
XII.7 – Dispêndios dependentes de norma de permissão.....	906

CAPÍTULO XIII

MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

XIII.1 – Evolução do estudo.....	911
XIII.2 – A essência do método e sua aplicação em todos os movimentos econômicos em torno do investimento	912
XIII.2.1 – Hipóteses em que o método deve ser aplicado.....	912
XIII.2.2 – Mecânica do método com desdobramento do custo de aquisição	917
XIII.2.3 – Novas avaliações no encerramento de cada período-base e movimentos durante a existência do investimento	922
XIII.2.4 – Baixa do investimento	925
XIII.2.5 – Outras ocorrências.....	925
XIII.3 – Consequências ou efeitos do método, e avaliação crítica sobre ele	927
XIII.3.1 – Efeitos sobre não adoção devida ou adoção indevida do método	928
XIII.3.2 – Consequências de mais ou menos-valias	928
XIII.3.3 – Efeitos distorcidos na apuração de ganho ou perda de capital, com possível ficção de ganho, gerando tratamento não isonômico e confiscatório.....	929

XIII.3.4 – Confusão de personalidades jurídicas.....	945
XIII.4 – Mais ou menos-valias, ágios e deságios após incorporação, fusão ou cisão.....	948
XIII.4.1 – Ágios ou deságios formados nas aquisições de participações ocorridas antes de a Lei n. 12.973 passar a reger o lucro tributável.....	948
XIII.4.2 – Mais ou menos-valias e ágios formados nas aquisições ocorridas com a aplicação das alterações determinadas pela Lei n. 12.973: comparações entre os dois regimes e controvérsias fiscais	960
XIII.4.3 – Situações transitórias e quando há aquisição do direito à dedução.....	971
XIII.5 – Explicação necessária sobre a tributação de deságios e menos-valias	978
XIII.6 – Aquisição de participação societária em estágios.....	983
XIII.7 – Breves considerações sobre a natureza jurídica do ágio.....	984

CAPÍTULO XIV

DISTRIBUIÇÃO DISFARÇADA DE LUCROS
E PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

XIV.1 – Evolução do estudo.....	987
XIV.2 – Coexistência e independência dos dois regimes legais.....	988
XIV.3 – A essência das normas sobre distribuição disfarçada de lucros, e suas hipóteses.....	992
XIV.3.1 – Aspectos gerais: pessoas abrangidas e outros aspectos.....	992
XIV.3.2 – As hipóteses específicas.....	997
XIV.4 – A essência das normas sobre preços de transferência, e suas hipóteses.....	1004
XIV.4.1 – Aspectos gerais: pessoas abrangidas e outros aspectos.....	1004
XIV.4.2 – Hipóteses específicas nas importações e seus métodos	1011
XIV.4.3 – Hipóteses específicas nas exportações, sua “porta de entrada” e seus métodos.....	1015
XIV.4.4 – Juros ativos e passivos	1020
XIV.5 – Comparação entre os dois regimes, natureza jurídica das respectivas exações e avaliação crítica de ambas.....	1021
XIV.5.1 – Considerações gerais	1021
XIV.5.2 – Considerações quanto à distribuição disfarçada de lucros...	1022
XIV.5.3 – Considerações gerais quanto aos preços de transferência....	1038
XIV.6 – Avaliação crítica do regime de distribuição disfarçada de lucros..	1043
XIV.7 – Avaliação crítica do regime de preços de transferência.....	1050
XIV.8 – Dupla tributação internacional derivada de normas sobre preços de transferência	1064

CAPÍTULO XV

PREJUÍZOS FISCAIS

XV.1 – Evolução do estudo.....	1071
XV.2 – A essência das normas sobre prejuízos fiscais	1072
XV.2.1 – Noção de prejuízo fiscal.....	1072
XV.2.2 – Histórico dos regimes de compensação e do regime atual	1072

XV.2.3 – Regime atual de compensação.....	1076
XV.2.4 – Vedações à compensação, internas à pessoa jurídica.....	1086
XV.3 – O problema do direito adquirido à compensação de prejuízos fiscais, e sua confrontação com o princípio da universalidade	1098
XV.4 – Prazo e condições para o exercício do direito à compensação, após sua aquisição	1117

CAPÍTULO XVI

TRANSFORMAÇÃO, FUSÃO, INCORPORAÇÃO E CISÃO

XVI.1 – Evolução do estudo	1123
XVI.2 – Breve visão dos institutos no direito privado	1124
XVI.3 – Normas legais sobre direitos dos credores, e normas tributárias quanto à responsabilidade por sucessão.....	1128
XVI.3.1 – Direitos de credores em geral, segundo o direito privado ...	1128
XVI.3.2 – Sucessão segundo o direito tributário.....	1130
XVI.4 – Regime tributário do imposto de renda para as transformações, fusões, incorporações e cisões.....	1132
XVI.4.1 – Considerações gerais	1132
XVI.4.2 – Considerações relativas a valores diferidos e prejuízos fiscais	1135
XVI.4.3 – Participações societárias extintas em fusões, incorporações e cisões	1137
XVI.4.4 – Devolução de capital em bens e a norma do art. 22 da Lei n. 9.249.....	1139
XVI.4.5 – Interpretação do art. 22 em sua totalidade, antes da Lei n. 12.973.....	1148
XVI.4.6 – Interpretação do art. 22 em sua totalidade, após a Lei n. 12.973.....	1157
XVI.4.7 – Novos critérios hermenêuticos necessários para a interpretação e a aplicação do art. 22 da Lei n. 9.249 na vigência da Lei n. 12.973.....	1158
XVI.4.8 – Advertências necessárias para interpretação e aplicação da Lei n. 12.973	1161
XVI.4.9 – Análise final e conclusiva sobre o art. 22 da Lei n. 9.249 à vista da Lei n. 12.973	1162

CAPÍTULO XVII

REAVALIAÇÃO DO ATIVO, CORREÇÃO MONETÁRIA E AJUSTE A VALOR JUSTO

XVII.1 – Evolução do estudo – distinção entre reavaliação do ativo, correção monetária e ajuste a valor justo.....	1171
XVII.2 – Tratamento da reavaliação do ativo perante a lei societária e o imposto de renda	1174
XVII.3 – Inexistência de correção monetária e sua validade.....	1187
XVII.4 – Tratamento do ajuste a valor justo perante a lei societária e o imposto de renda	1213

XVII.5	Explicações necessárias quanto à revalorização de valores dos ativos e passivos patrimoniais, derivados dos atos e negócios jurídicos.....	1220
--------	--	------

CAPÍTULO XVIII

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

XVIII.1	– Evolução do estudo – a origem da contribuição social sobre o lucro	1227
XVIII.2	Natureza jurídica específica da contribuição social sobre o lucro – sua distinção do imposto de renda	1228
XVIII.3	– Fundamentos da contribuição social sobre o lucro.....	1238
XVIII.4	– Breve visão de outros elementos constitutivos do fato gerador e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro.....	1241
XVIII.5	Algumas consequências da criação da contribuição social sobre o lucro perante situações submetidas ao imposto de renda	1244
XVIII.5.1	– A CSL perante as convenções internacionais para evitar a dupla tributação.....	1245
XVIII.5.2	A CSL perante anteriores direitos adquiridos a isenções ou incentivos do IRPJ	1249

CAPÍTULO XIX

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A CONTABILIDADE – A CONTABILIDADE E O DIREITO

XIX.1	– Evolução do estudo – conteúdo do capítulo	1275
XIX.2	– Método das partidas dobradas e seus desdobramentos	1278
XIX.3	– Função da contabilidade e suas exigências fundamentais	1291
XIX.4	– Exigências legais sobre a contabilidade	1301
XIX.5	Normas contábeis de órgãos reguladores setoriais	1304
XIX.6	Convenções e princípios da contabilidade – características qualitativas das informações contábeis.....	1313
XIX.7	– A contabilidade após a Lei n. 11.638 e suas implicações tributárias	1339
XIX.7.1	Introdução e fases.....	1339
XIX.7.2	Primeira fase: alterações da Lei n. 11.638 e suas implicações imediatas.....	1339
XIX.7.3	– Segunda fase: alterações da Lei n. 11.941 e implicações imediatas.....	1361
XIX.7.4	Terceira fase: a Lei n. 12.973, suas implicações e consequências, e recomendações úteis para sua interpretação	1362
XIX.7.5	– Quarta fase: art. 58 da Lei n. 12.973 e aplicação das recomendações úteis para interpretação da Lei n. 12.973, agora especificamente para interpretar esse artigo	1376
XIX.8	– Possibilidade ou não de alterações do regime tributário em torno de um patrimônio econômico-contábil e de uma renda meramente econômica.....	1397
	Referências bibliográficas	1407
	Índice Remissivo	1431